



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Ministro Marco Buzzi**

**ATA**

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020.**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 16h01, por meio de videoconferência, foi aberta a reunião da Comissão de Coordenação do Superior Tribunal de Justiça com a presença dos Srs. Ministros Humberto Martins, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Marco Buzzi, Presidente da Comissão de Coordenação do Superior Tribunal de Justiça, e Gurgel de Faria; justificada a ausência dos Srs. Ministros Regina Helena Costa e Ribeiro Dantas. Estavam presentes, também, o Dr. Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça, o Dr. Jadson Santana de Sousa, Secretário-Geral da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, a Dra. Cristine Marques Genú, Secretária de Comunicação do Superior Tribunal de Justiça, os Chefes de Gabinete Drs. André de Sá Brant e Marília Neves Ferro, bem como os servidores Fábio Henrique Cavalcanti Dantas e Kléber Félix Batista. Abertos os trabalhos, o Sr. Ministro Humberto Martins agradeceu à Comissão de Coordenação a iniciativa de solicitar a sua participação na reunião. Por sua vez, o Sr. Ministro Marco Buzzi agradeceu a presença prestigiosa do Sr. Ministro Humberto Martins e de seus mais gabaritados auxiliares, bem como a pronta resposta que forneceu ao sanar o consabido ataque cibernético que sofreu o banco de dados do Superior Tribunal de Justiça. Quanto ao **primeiro ponto da pauta**, previamente distribuída, atinente ao aperfeiçoamento da Central de Processo Eletrônico (CPE/STJ) a fim de que o sistema identifique, nas petições incidentais, a partir do respectivo protocolo, se há pedido de tutela de urgência, Sua Excelência aduziu que, se implementada a ação, as petições com tal pedido sairiam da pasta eletrônica comum para serem prontamente tratadas em escaninho específico, agilizando sua solução. Quanto ao ponto, o Sr. Ministro Humberto Martins afirmou que já encaminhou o pleito à secretaria responsável para sua implementação até fevereiro de 2021. Acrescentou, quanto ao ataque cibernético, que cuidou de comunicar aos Ministros todos os atos praticados para a solução do problema, com total transparência; que convocou a ajuda do Exército Brasileiro, do Ministério da Economia e de grandes empresas que prestam serviço ao Tribunal, como a Microsoft, além dos esforços dos servidores da Casa, capitaneados pelo Dr. Rodrigo Almeida de Carvalho, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do Superior Tribunal de Justiça; que requereu a esses órgãos relatório detalhado sobre qual o melhor sistema de segurança de dados que possa ser implementado no Tribunal; que se reuniu com membros da Polícia Federal, na busca da apuração dos autores desse delito, informações a serem remetidas ao Ministério Público Federal; que o Tribunal passou por profundas atualizações de suas instalações, como, por exemplo, o acolhimento da Secretaria de Orçamento e Finanças, que saiu do CJF para o STJ, liberando espaço para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, novos auditórios dotados de modernos aparelhos de sonoplastia e mobiliários, renovado Salão Nobre, salas da Presidência e salas de sessões, tudo para acolher a volta do trabalho presencial dos servidores e Ministros do Tribunal; que nomeou mais de vinte juízes auxiliares atendendo a pedido dos Senhores Ministros, a demonstrar uma gestão aberta e participativa; que irá prorrogar a utilização das sessões mediante videoconferência até fevereiro de 2021 e depois, se isso se mostrar necessário. Quanto ao **segundo item** da pauta - a criação de uma página vinculada à intranet do STJ com vídeos instrucionais e um fórum interno para colaborações, em formato *Wiki* ou similar, a respeito do sistema “Gabinete Web”, a fim de que dúvidas, soluções e novidades de interesse de todos os Gabinetes possam ser compartilhadas, a evitar, inclusive, a sobrecarga da própria equipe de TI no atendimento das demandas recorrentes, o Sr. Ministro Marco Buzzi ressaltou que o Tribunal já possui os recursos e servidores para a implementação dessa medida, que viria acompanhada da vantagem de propiciar a

identificação e a adoção das rotinas mais eficazes pelos Gabinetes, ao permitir ferramenta de consulta e sugestões. Quanto ao ponto, o Sr. Ministro Humberto Martins afirmou que já levou a matéria ao conhecimento do Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do Superior Tribunal de Justiça, para sua implementação até março de 2021, por ser um pleito viável. Já em respeito ao **terceiro tópico da pauta** – substituição dos atuais postos de Mensageiro disponibilizados aos Gabinetes de Ministros por postos de Técnico em Secretariado – mediante supressão/acréscimo de quantitativos nos contratos vigentes (observados os limites legais) ou abertura de procedimento licitatório, visto que o posto de Técnico em Secretariado apresenta remuneração e atribuições mais condizentes com as demandas dos Gabinetes – o Sr. Ministro Marco Buzzi frisou que o emprego de Mensageiro não é mais condizente com os tempos modernos e suas tecnologias e que seria sensato o preparo dos atuais mensageiros para o exercício das funções de Secretariado mediante o fornecimento de curso de capacitação, com estipulação de prazo. O Sr. Ministro Humberto Martins lembrou que tal medida havia sido levada ao conhecimento do Conselho de Administração nos últimos dias da gestão do Sr. Ministro João Otávio de Noronha como Presidente do Superior Tribunal de Justiça, contudo, foi retirada daquela pauta; que, além de necessitar da conclusão de curso de técnico de um ano, a alteração exigiria solucionar a questão salarial, que resultaria em triplicar a remuneração do terceirizado; que seria mais recomendável a transformação das duas vagas de Mensageiro constantes do quadro dos Gabinetes em duas vagas de Recepcionistas; que já encaminhou a sugestão ao Sr. Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça, para implementação em noventa dias, o que foi acolhido pelos Ministros da Comissão de Coordenação presentes à reunião. O **quarto tópico** diz respeito ao aperfeiçoamento do Informativo de Jurisprudência do STJ quanto ao formato, periodicidade e critérios de seleção de julgados. O Sr. Ministro Marco Buzzi salientou a importância do critério da seleção dos julgados para que não haja privilégio à divulgação de votos de apenas alguns Ministros e acrescentou a necessidade de se criar um canal de comunicação entre Chefias de Gabinete e o setor responsável pelo periódico. No ponto, o Sr. Ministro Humberto Martins informou que cobrará da Dra. Bárbara Brito de Almeida, Secretária de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a criação de um sistema de filtro para o Informativo que englobe as sugestões. O **quinto assunto da pauta** versava sobre a redistribuição de funções comissionadas – código FC-6 – exclusivas de servidores concursados, hoje concentradas no âmbito administrativo, visando ao fortalecimento da área fim (Gabinetes de Ministros) e setores estratégicos da área meio. Quanto a isso, o Sr. Ministro Marco Buzzi salientou que, numa contagem informal, estima-se haver cerca de 170 (cento e setenta) FC-6 na área meio do Tribunal e nenhuma na estrutura dos Gabinetes de Ministro. Salientou, também, que essa proposta resulta da manifestação, não apenas da Comissão, mas de diversos Ministros preocupados com o reforço de suas equipes. Dada a palavra ao Sr. Ministro Gurgel de Faria, Sua Excelência aduziu que a última reestruturação das funções em Gabinete de Ministro deu-se há seis anos e que várias atribuições foram absorvidas por essas unidades sem a devida contrapartida de servidores. A Dra. Marília Neves Ferro, ao pedir a palavra, trouxe como exemplo a questão da juntada automática de petições, mais uma responsabilidade que será transferida aos Gabinetes, sendo que muitos deles sequer conseguem preencher os cargos de FC-2 que lhes são destinados. Após essas manifestações, o Sr. Ministro Presidente afirmou que sempre estranhou o motivo por que inexistem funções FC-6 nos Gabinetes de Ministros, bem como compartilhou preocupação quanto à ociosidade das funções FC-2, razão pela qual propôs à Presidência da Comissão a realização de uma consulta aos Ministros da Corte sobre eventual proposta de aglutinação de funções FC-2 para formarem FC-5 ou FC-6. Lembrou que exercerá o cargo de Presidente por dois anos, mas que, ao retornar ao Gabinete, gostaria particularmente de contar com um FC-6 em seu quadro. Na sequência, o Sr. Ministro Gurgel de Faria reforçou a importância da Administração – não apenas dos Gabinetes – dar sua parcela de contribuição, sugerindo que pelo menos 33 (trinta e três) ou vinte por cento das cerca de 170 funções FC-6 de que dispõe o Tribunal fossem redirecionadas aos Gabinetes. Em relação a essa proposta, o Sr. Ministro Presidente destacou estar muito sensível a atendê-la, desde que haja, por outro lado, contrapartida de todos no que se refere ao aludido sistema de juntada automática de petições. Ao final dos debates sobre o tema, restou acordado entre os presentes que o Sr. Ministro Marco Buzzi, na qualidade de Presidente da Comissão, reformularia a proposta em questão, em reunião com os demais membros do colegiado, a abarcar as duas frentes debatidas – redistribuição em favor dos Gabinetes e/ou transformação de funções ociosas FC-2 – para, na sequência, submetê-la novamente à Presidência para estudo técnico e, depois, caso confirmada a viabilidade, proceder a uma consulta aos demais Ministros da Corte. Às 17h20, o Sr. Ministro Gurgel de Faria, por motivo justificado, ausentou-se da reunião. No que tange ao **item n. 6 da pauta** – elaboração e divulgação (circulação interna) de um relatório detalhado a respeito das decisões monocráticas proferidas no âmbito da Presidência com o apoio do Narer, contendo análise da recorribilidade e dos índices de reforma por órgão julgador e destacando as matérias com maior ou menor incidência de reconsideração – o Sr. Ministro Marco Buzzi reforçou a importância dessa medida no intuito

de uniformizar entendimentos. Sobre o ponto, o Sr. Ministro Humberto Martins afirmou que levou previamente a questão ao conhecimento do Dr. Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral do STJ, e do Narer para que seja adotada a ação até março de 2020. Aduziu, outrossim, que requereu prioridade à aprovação pelo Legislativo Federal do filtro da relevância da questão federal e da alçada para o recurso dirigido ao Tribunal. Em razão de o **item sétimo da pauta** – conversa, com a Presidência, sobre medidas que podem/têm sido adotadas visando ao fortalecimento/proteção dos sistemas de TI do STJ – já ter sido debatida ao início da reunião, o Sr. Ministro Marco Buzzi, ao parabenizar o Sr. Ministro Humberto Martins e seus assessores por sua participação e agradecer a todos pela presença, colocou a Comissão de Coordenação à disposição de Sua Excelência e encerrou a reunião às 17h29, pelo que eu, Fábio Henrique Cavalcanti Dantas (Assessor), lavrei esta ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Ministro Marco Buzzi, Presidente da Comissão de Coordenação do STJ.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, Ministro do Superior Tribunal de Justiça**, em 02/12/2020, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2240614** e o código CRC **2325D14B**.